

25. Atente para o seguinte excerto a respeito da abolição da escravatura no Brasil:

"[...] a abolição da escravatura não eliminou o problema do negro. A opção pelo trabalhador imigrante, nas áreas regionais mais dinâmicas da economia, e as escassas oportunidades abertas ao ex-escravo, em outras áreas, resultaram em uma

profunda desigualdade social da população negra. Fruto em parte do preconceito, essa desigualdade acabou por reforçar o próprio preconceito contra o negro. Sobretudo nas regiões de forte imigração, ele foi considerado um ser inferior, perigoso, vadio e propenso ao crime; mas útil quando subserviente".

FAUSTO, Boris. **História do Brasil**.
São Paulo: Edusp, 2013, p. 169.

- A) foi, além de muito rápido, suficiente para acabar com o escravismo e logo inserir o ex-escravo, de forma igualitária, nos diversos espaços da sociedade brasileira.
- B) além de lento, considerando-se o lapso temporal entre a Lei Eusébio de Queirós, de cunho abolicionista, de 1850, e a Lei Áurea, de 1888, não representou o fim da marginalização da população negra.
- C) o país, por ser pioneiro na abolição da escravatura, encontrou grande dificuldade, pois, não havendo exemplos a serem seguidos, obrigou-se a construir seu próprio modelo de inclusão social para os ex-escravos.
- D) como nos EUA, onde os ex-escravos foram plenamente aceitos na sociedade por sua capacidade de produção, os ex-escravos brasileiros também tiveram oportunidade de ingressar no mercado de trabalho e experimentar chances iguais para vencer na vida.

Assunto: História do Brasil – Abolição da Escravidão

O processo abolicionista brasileiro foi bastante complexo, envolveu, de forma atuante, diversos grupos sociais e diferentes atores do Estado. Dom Pedro II conseguiu promover os avanços legislativos para promoção da abolição, sendo ele e sua burocracia protagonistas na determinação do quando seria feito, o que seria feito e como seria executado, administrando os interesses dos negros livres, libertos e escravos, dos abolicionistas brancos e dos escravocratas. A conta-gotas, as leis de abolicionistas iam sendo promulgadas, Lei Eusébio de Queirós, Lei do Ventre Livre, Lei do Sexagenário e, finalmente, a Lei Áurea.

O Estado imperial e a família real não defendiam a abolição, exclusivamente, por uma questão humanitária, mas sim em decorrência do seu desejo de construir um Estado-Nação de brancos europeus, fruto da influência das ideologias de eugenia, presentes na Europa, que influenciaram a Corte Tropical carioca.

Enfim, Dom Pedro II não desejava a continuidade da escravidão, mas também não queria os negros como grupo social majoritário no país, tanto que incentivou, e, depois, patrocinou a vinda de europeus para o Brasil, o que renegou aos negros uma condição de marginalização social, política, econômica e cultural com reflexos na sociedade brasileira até os nossos dias, aquilo que se convencionou chamar de racismo estrutural.

Item: B